

c/c do contrato nº 14/2021, Cláusula Quinta - do Valor e Reajustamento; VII - FORO: Comarca da Cidade de Fortaleza; VIII - OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto conceder a **repactuação do contrato nº01/2021**, em decorrência do ajuste do salário base, vale alimentação, cesta básica e vale transporte, conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2022 - Categoria de Asseio e Conservação - CE 000092/2022, e modificar a cláusula contratual; IX - VALOR GLOBAL: O valor do presente aditivo é de R\$ 105.565,24 (cento e cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), passando o valor mensal de R\$ 72.543,37 (setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), para R\$ 79.368,71 (setenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos); X - DA VIGÊNCIA: A vigência deste Termo Aditivo é a partir da data da sua assinatura, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2022; XI - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo; XII - DATA: 01 de dezembro de 2022; XIII - SIGNATÁRIOS: Giacomina Maria Amelia Borrini de Freitas, Assessora de Planejamento e Gestão Interna e Lindinalva Maria Rodrigues de Oliveira, Representante legal da CONTRATADA.

Josane Botelho Vieira Wirtzbiki  
COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

#### AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

**PORTARIA Nº58/2022** - O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ARCE, no uso das atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto nº 30.086, de 02/02/2010, e posteriores alterações, tendo em vista o que consta no processo nº 11265477/2022 e em conformidade com o art. 8º, o inciso III e parágrafo único do art. 17, art. 39 e § 3º do art. 40 da Lei nº 9.826, de 14/05/1974, RESOLVE **NOMEAR** o servidor **IVO CESAR BARRETO DE CARVALHO** (matrícula nº 120-1-7) e a servidora **LILIANE SONSOL GONDIM** (matrícula nº 56-1-4), Procuradores Autárquicos, para exercer o cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de Procurador Chefe, símbolo FCR III, lotados na Procuradoria Jurídica, integrante da estrutura organizacional da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, em SUBSTITUIÇÃO à titular Gislene Rocha Lima, em virtude de férias, no período de 02 a 09 de janeiro de 2023 e de 10 a 16 de janeiro de 2023, respectivamente. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30 de novembro de 2022.

Hélio Winston Leitão  
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

\*\*\*\*\*

#### AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AP/ARCE/14/2022

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ (ARCE) **comunica a todos os interessados que realizará Audiência Pública**, na modalidade Intercâmbio Documental, no período de 07 a 16 de dezembro de 2022, com reunião virtual marcada para o dia 13 do mesmo mês, às 10h. O objetivo é divulgar e obter subsídios para o aprimoramento da nota técnica que trata sobre a revisão tarifária extraordinária do serviço regular interurbano do sistema de transporte rodoviário intermunicipal do Estado do Ceará. Os documentos, formulário de inscrição e link de transmissão da referida reunião serão disponibilizados no site da Agência, pelo link: <https://www.arce.ce.gov.br/download/audiencia-publica-intercambio-documental-14-2022-transporte-periodo-07-a-16-de-dezembro/>. As contribuições podem ser enviadas, preferencialmente, para o endereço eletrônico: [tarifas@arce.ce.gov.br](mailto:tarifas@arce.ce.gov.br), ou por correspondência para o endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba – Fortaleza – CE – Cep: 60.822-325, aos cuidados do coordenador econômico-tarifário, Mário Augusto Parente Monteiro, informando, necessariamente, nome completo, endereço e, ainda, se possível, telefone e endereço eletrônico do autor da contribuição. Outros esclarecimentos sobre o assunto poderão ser prestados pelo citado setor, no telefone: (85) 3194.5660. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, em Fortaleza, 01 de dezembro de 2022.

Hélio Winston Barreto Leitão  
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

\*\*\*\*\*

#### AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AP/ARCE/15/2022

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ (ARCE) **comunica a todos os interessados que realizará Audiência Pública**, na modalidade Intercâmbio Documental, no período de 07 a 16 de dezembro de 2022, com reunião virtual marcada para o dia 13 do mesmo mês, às 11h. O objetivo é divulgar e obter subsídios para o aprimoramento da nota técnica que trata sobre a revisão tarifária extraordinária do serviço complementar interurbano do sistema de transporte rodoviário intermunicipal do Estado do Ceará. Os documentos, formulário de inscrição e link de transmissão da referida reunião serão disponibilizados no site da Agência, pelo link: <https://www.arce.ce.gov.br/download/audiencia-publica-intercambio-documental-15-2022-transporte-periodo-07-a-16-de-dezembro/>. As contribuições podem ser enviadas, preferencialmente, para o endereço eletrônico: [tarifas@arce.ce.gov.br](mailto:tarifas@arce.ce.gov.br), ou por correspondência para o endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba – Fortaleza – CE – Cep: 60.822-325, aos cuidados do coordenador econômico-tarifário, Mário Augusto Parente Monteiro, informando, necessariamente, nome completo, endereço e, ainda, se possível, telefone e endereço eletrônico do autor da contribuição. Outros esclarecimentos sobre o assunto poderão ser prestados pelo citado setor, no telefone: (85) 3194.5660. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, em Fortaleza, 01 de dezembro de 2022.

Hélio Winston Barreto Leitão  
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

\*\*\*\*\*

#### AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AP/ARCE/16/2022

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ (ARCE) **comunica a todos os interessados que realizará Audiência Pública**, na modalidade Intercâmbio Documental, no período de 07 a 16 de dezembro de 2022, com reunião virtual marcada para o dia 13 do mesmo mês, às 09h. O objetivo é divulgar e obter subsídios para o aprimoramento da nota técnica que trata sobre a revisão tarifária ordinária da margem bruta do serviço de distribuição de gás canalizado, realizado pela Companhia de Gás do Ceará (Cegás). Os documentos, formulário de inscrição e link de transmissão da referida reunião serão disponibilizados no site da Agência, pelo link: <https://www.arce.ce.gov.br/download/audiencia-publica-intercambio-documental-16-2022-gas-canalizado-periodo-07-a-16-de-dezembro/>. As contribuições podem ser enviadas, preferencialmente, para o endereço eletrônico: [tarifas@arce.ce.gov.br](mailto:tarifas@arce.ce.gov.br), ou por correspondência para o endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéba – Fortaleza – CE – Cep: 60.822-325, aos cuidados do coordenador econômico-tarifário, Mário Augusto Parente Monteiro, informando, necessariamente, nome completo, endereço e, ainda, se possível, telefone e endereço eletrônico do autor da contribuição. Outros esclarecimentos sobre o assunto poderão ser prestados pelo citado setor, no telefone: (85) 3194.5660. AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, em Fortaleza, 01 de dezembro de 2022.

Hélio Winston Barreto Leitão  
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

#### CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PORTARIA CGE Nº116/2022.**

#### APROVA O CÓDIGO DE ÉTICA DO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – CGE, no uso de suas atribuições legais, alicerçado pelo artigo 93, da Constituição Estadual; CONSIDERANDO as competências atribuídas à CGE pela Lei Estadual Nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual Nº 13.325, de 14 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, acerca da Carreira de Auditoria de Controle Interno; CONSIDERANDO a importância da ética para o desenvolvimento das atividades do Auditor de Controle Interno, especialmente, no âmbito do processo de implantação de um programa de integridade que tem entre as suas diretrizes a promoção de uma cultura ética e de probidade; RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Código de Ética do Auditor de Controle Interno da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de novembro de 2022.

Antonio Marconi Lemos da Silva  
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL, EM EXERCÍCIO

#### ANEXO ÚNICO DA PORTARIA CGE Nº116/2022 CÓDIGO DE ÉTICA DO AUDITOR DE CONTROLE INTERNO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ CAPÍTULO I

##### PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. São esperadas dos Auditores de Controle Interno a aplicação e a defesa, dentre outros, dos seguintes princípios e valores fundamentais na sua atuação:  
I - Integridade: Estabelece credibilidade e fornece a base para a confiança dada a seus julgamentos;  
II - Objetividade: Corresponde ao mais alto grau de objetividade profissional na coleta, avaliação e comunicação de informações sobre a atividade ou processo examinado. Devem efetuar uma avaliação equilibrada de todas as circunstâncias relevantes e não são indevidamente influenciados pelos interesses próprios ou de terceiros na formulação dos julgamentos;



- III - Confidencialidade: Refere-se ao respeito ao valor e a propriedade das informações que recebem e não divulgam informações sem a autorização apropriada, a não ser em caso de obrigação legal ou profissional de assim proceder;
- IV - Competência: Diz respeito à aplicação do conhecimento, habilidade e experiência necessária à execução da atividade de controle;
- V - Boa-fé: Agir com lealdade e em conformidade com o direito;
- VI - Legalidade: Pautar-se pelo estrito cumprimento da lei na concessão de direitos, na criação de obrigações ou imposição de vedações;
- VII - Imparcialidade: Realizar análises sem perseguição ou proteção de pessoas, grupos ou setores nos processos ou atividade de controle, de modo a assegurar imparcialidade no seu trabalho, bem como nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional;
- VIII - Moralidade: Evidenciar junto ao público retidão e compostura em relação aos costumes sociais;
- IX - Transparência: Dar a conhecer a atuação de forma acessível ao cidadão;
- X - Eficiência: Empenhar-se para obter o melhor resultado com o mínimo de recurso;
- XI - Honestidade: Agir com franqueza e realizar suas atividades sem o uso de mentiras ou fraudes;
- XII - Fidelidade ao interesse público: Realizar ações com o intuito de promover o bem público comum e o respeito ao cidadão;
- XIII - Cortesia: Manifestar-se com bons tratos para com os outros;
- XIV - Dignidade e decoro no exercício de suas funções: Manifestar-se com decência em suas ações de forma a preservar a honra e o direito de todos;
- XV - Compromisso: Estar comprometido com a missão e com os resultados organizacionais;
- XVI - Independência Funcional: Compreender que o exercício da função deve estar livre de interferências indevidas por autoridade superior da unidade auditada ou de quaisquer membros de demais órgãos ou entidades públicas, com garantia de proteção do auditor de controle interno, visando a realização das atividades de competência da CGE de forma independente;
- XVII – Atualização dos conhecimentos técnicos: Manter atualizados seus conhecimentos técnicos, acompanhando a evolução das normas, procedimentos e técnicas aplicáveis às atividades referentes às macrofunções da CGE, tendo como referência as normas aplicáveis ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e subsidiariamente, na função auditoria interna governamental, as normas internacionais de auditoria interna emitidas pelo Instituto dos Auditores Internos;
- XVIII – Proibidade: Agir de forma honesta, fiel ao interesse público e de acordo com a ética e a moralidade.
- Art.2º. O Auditor de Controle Interno deve sempre atuar de forma preventiva procurando evitar erros, falhas ou desperdícios e agregando valores éticos, morais e sociais à gestão pública.
- Art.3º. Consideram-se condutas éticas aquelas pautadas por princípios e valores universais que não se confundam com as previstas no ordenamento jurídico e tratadas pelo sistema disciplinar.

## CAPÍTULO II DAS REGRAS DE CONDUTAS A SEREM OBSERVADAS

- Art.4º. São regras mínimas de conduta a serem observadas pelo auditor de controle interno:
- I – Servir ao interesse público e honrar a confiança pública, executando seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais;
- II – Respeitar e contribuir para o alcance dos objetivos legítimos e éticos do controle interno;
- III – Ter conduta idônea, íntegra e irreparável quando necessário lidar com pressões ou situações que possam ameaçar seus princípios éticos;
- IV – Ser prudente no uso e proteção das informações obtidas em razão de suas atividades;
- V – Conduzir os trabalhos com zelo profissional, atuando com prudência, agindo com atenção, demonstrando diligência e responsabilidade no desempenho das tarefas a ele atribuídas;
- VI - Abster-se de utilizar informação para obtenção de vantagens pessoais ou de terceiros, contrária à lei ou em detrimento dos objetivos legítimos e éticos do controle interno;
- VII – Ser transparente quanto aos limites de seus conhecimentos, habilidade e experiência para a execução de determinada atividade;
- VIII – Buscar a melhoria contínua de sua proficiência, eficácia e qualidade de seus serviços;
- IX – Obedecer às normas e padrões internacionais para a prática profissional da função de controle;
- X – No âmbito pessoal e profissional, manter conduta compatível com os valores morais, éticos e sociais;
- XI - Observar a cortesia e a reserva ao alertar qualquer pessoa sobre o cometimento de erro ou atitude inapropriada;
- XII – Repudiar manifestações de preconceitos relacionados à origem, raça, religião, classe social, sexo, deficiência física ou quaisquer outras formas de discriminação;
- XIII – Atuar com o espírito de lealdade, urbanidade, imparcialidade e cooperação no ambiente de trabalho;
- XIV – Ser assíduo e pontual ao serviço;
- XV – Assegurar-se da correta utilização dos recursos materiais, equipamentos ou serviços postos à disposição para o desempenho de suas atividades;
- XVI – Cumprir os prazos para a apresentação dos trabalhos que lhes são designados, comunicando à chefia imediata, com antecedência, quando da impossibilidade de atender ao prazo estabelecido;
- XVII – Apoiar-se em evidências lastreadas por papéis de trabalho obtidos de forma lícita e em conformidade com as técnicas e protocolos de execução de trabalho de controle interno;
- XVIII – Manter a disciplina e respeito no trato com interlocutores tanto no exercício de atividade interna quanto externa à repartição;
- XIX – Manter sigilo e zelo profissional sobre informações obtidas em reuniões que possam de alguma forma trazer prejuízo ao Estado mesmo que tais informações não estejam regularmente classificadas como sigilosas;
- XX – Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, e denunciá-las;
- XXI - Levantar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- Art.5º. O Auditor de Controle Interno deverá se portar em conformidade com os princípios e valores éticos mesmo nas situações em que as circunstâncias exijam uma conduta não elencada nesse código.

## CAPÍTULO III DAS CONDUTAS VEDADAS

- Art.6º. É vedado ao auditor de controle interno auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial ou financeira, salvo nesse último caso a contraprestação mensal, em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, devendo a eventual ocorrência ser apurada e punida nos termos da legislação disciplinar, se também configurar ilícito administrativo.
- Art.7º. Configura conduta antiética e, portanto, contrária a este código, o investimento em bens cujo valor ou cotação possa ser afetado por decisão ou política governamental a respeito da qual o Auditor de Controle Interno tenha, em razão das suas atividades, informações privilegiadas.
- Parágrafo único. Para os fins deste Código, considera-se informação privilegiada aquela que diz respeito a assuntos sigilosos ou relevantes ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo Estadual que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.
- Art.8º. No relacionamento com outros órgãos da Administração Pública, o Auditor de Controle Interno deverá esclarecer a existência de eventual conflito de interesse, bem como comunicar qualquer circunstância ou fato impeditivo de sua participação em decisão colegiada ou em órgão e entidade colegiada.
- Parágrafo único. Para os fins deste Código, considera-se conflito de interesse a situação gerada pelo confronto entre o interesse público e privado capaz de comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
- Art.9º. Estará em desacordo com os princípios que regem esse Código de Ética, o Auditor de Controle Interno que não levar ao conhecimento da chefia imediata qualquer circunstância de fato ou de direito que o torne impedido ou suspeito para a realização de atividade a ele incumbida.
- Art. 10. É vedado ao Auditor de Controle Interno discriminar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, em razão de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação que venha a perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores ou colaboradores ou público externo, inclusive aqueles relacionados a valores culturais ou políticos;
- Art.11. Constitui-se em conduta vedada por este Código de Conduta, a emissão de juízo depreciativo acerca do trabalho de qualquer servidor ou colaborador da Administração Pública.
- Art.12. Não é permitido ao Auditor de Controle Interno fazer quaisquer declarações públicas em nome da CGE ou do Poder Executivo estadual sem estar devidamente investido em função de gestão compatível com as declarações.
- Art.13. É considerada conduta que afronta este Código de Ética, além de eventual repercussão na esfera jurídica, a prática comercial de qualquer produto ou serviço, nas dependências da CGE, ou mesmo fora desta.
- Art.14. Estará igualmente em desconformidade com esse Código de Conduta a não observância às regras e princípios estabelecidos por lei a todos impostos.

## CAPÍTULO IV DAS VIOLAÇÕES A ESTE CÓDIGO

- Art.15. As condutas que em tese possam estar em desconformidade com os valores e princípios deste Código e serão apuradas, de ofício ou em razão de denúncias ouvidoria ou representação, pela CSEP-CGE nos termos de seu Regimento Interno, podendo, sem prejuízo de sanções legais, resultarem em advertência ou censura nos termos do Código de Ética da administração Pública Estadual.
- § 1º. As sanções poderão ser convertidas em Termo de Ajuste de Condutas (TAC) no qual o auditor de controle interno se compromete, por tempo certo e determinado, a ajustar sua conduta aos preceitos deste Código.



§ 2º. Em caso de descumprimento do TAC, em uma nova apreciação, a CSEP-CGE recomendará que a advertência seja assentada nos registros funcionais do auditor de controle interno.

§ 3º. Compete à chefia imediata do auditor de controle interno acompanhar o cumprimento do TAC e informar à CSEP-CGE eventuais desvios no seu cumprimento.

§ 4º O fato de o auditor de controle interno estar em exercício em outro órgão ou entidade, desde que esteja a serviço da CGE, não impede a apreciação das possíveis violações a este Código pela CSEP-CGE.

Art. 16. As condutas que possam configurar em violação a este Código devem constar nos registros sobre a conduta ética do auditor de controle interno para o efeito de instruir e fundamentar procedimentos próprios da carreira, ou promoções e elogios formais.

Art. 17. Na apuração de uma denúncia ou representação, a CSEP-CGE deverá ater-se aos limites de sua competência declinando aos setores competentes da CGE parte da denúncia ou representação que não lhe digam respeito.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18. Todo e qualquer cidadão, órgão ou entidade, pública ou privada, poderá apresentar denunciar à CSEP-CGE sobre fatos que digam respeito à violação a este Código por parte de Auditor de Controle Interno.

Art.19. O respeito a este Código de Ética não elide o auditor da observância a outros códigos aos quais esteja sujeito em razão de condições profissionais ou pessoais.

Art.20. Todo auditor de controle interno, por ocasião de sua posse na Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, assinará termo em que declara conhecer o disposto neste Código de Ética, firmando compromisso em observá-lo no desempenho de suas atribuições.

Art.21. Todo Auditor de controle interno deve prestar compromisso solene de acatamento e observância às disposições deste código, que ficará arquivado em sua pasta funcional.

Art.22. Eventuais dúvidas na aplicação deste Código de Ética deverão ser tratadas pela CSEP-CGE a quem compete, agindo de forma preventiva, zelar pela divulgação constante dos princípios e valores nele enunciados.

### SECRETARIAS E VINCULADAS

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº DO DOCUMENTO 006/2022

PROCESSO Nº: 05966671 / 2022 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA OBJETO: **Aquisição de munição** JUSTIFICATIVA: em face da dinâmica operacional dos grupos subordinados a CEAP, que demanda equipamentos diferenciados dos restantes utilizados pelos demais Policiais Penais VALOR GLOBAL: R\$ 759.900,00 ( setecentos e cinquenta e nove mil e novecentos reais ) DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: (2022) - 18200004.06.122.514.11532.03.339030.69201.1.4-2359448 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 25, I, da Lei 8.666/93 CONTRATADA: **COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS – CBC** inscrita no CNPJ nº:57.494.031/0001-63 DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: RAFAEL DE JESUS BESERRA, SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA RATIFICAÇÃO: LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO, SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.

Luis Mauro Albuquerque Araujo  
ORDENADOR DE DESPESA

### SECRETARIA DAS CIDADES

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº005/CIDADES/2017

I - ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/CIDADES/2017, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O CONSÓRCIO COBRAPE/TPF; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DAS CIDADES; III - ENDEREÇO: Fortaleza - Ceará, na Avenida General Albuquerque Lima, Edifício SEPLAG 1º ANDAR, Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - CAMBÉBA; IV - CONTRATADA: **CONSÓRCIO COBRAPE/TPF**; V - ENDEREÇO: Rua Capitão Antônio Rosa, nº 406, Jardim Paulista, Cep: 01.443-010, na cidade de São Paulo/SP; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo nº 09504567/2022, com fundamento nos artigos: art. 57, §1º, incisos II, III e IV e §2º e art. 65, I, §1º, ambos, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato 005/CIDADES/2017; VII - FORO: COMARCA DE FORTALEZA; VIII - OBJETO: DA EXECUÇÃO: O prazo de execução do presente contrato supracitado ficam **prorrogados** por mais 06 (seis) meses, encerrando sua execução em 24 de maio de 2023. DO VALOR: Será acrescida a importância de R\$ 1.254.291,31 (um milhão e duzentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa e um reais e trinta centavos), passando o valor global atualizado do contrato de R\$ 14.128.994,58 (quatorze milhões e cento e vinte e oito mil e novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos) para R\$ 15.383.285,88 (quinze milhões e trezentos e oitenta e três mil e duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Por sua vez, o percentual total de acréscimo ao valor global atualizado do contrato passará de 2,01% para 9,08%; IX - VALOR GLOBAL: Será acrescida a importância de R\$ 1.254.291,31 (um milhão e duzentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa e um reais e trinta centavos), passando o valor global atualizado do contrato de R\$ 14.128.994,58 (quatorze milhões e cento e vinte e oito mil e novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos) para R\$ 15.383.285,88 (quinze milhões e trezentos e oitenta e três mil e duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Por sua vez, o percentual total de acréscimo ao valor global atualizado do contrato passará de 2,01% para 9,08%; X - DA VIGÊNCIA: PERMANECE INALTERADA; XI - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não alteradas por este Termo Aditivo; XII - DATA: 22 de novembro de 2022; XIII - SIGNATÁRIOS: Marcos César Cals de Oliveira, SECRETARIO DAS CIDADES e Sergei Augusto Monteiro Fortes, REPRESENTANTE COBRAPE/TCF.

Carlos Edilson Araújo  
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº004/CIDADES/2020

ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 004/CIDADES/2020 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE IPU. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo nº 10768580/2022, com fundamento no art. 35 da Lei Complementar nº 119, de 28 de dezembro de 2012, e suas alterações, c/c os art. 55, I-C, 57, 58, 59 e 64 do Decreto Estadual nº 32.811, de 28 de setembro de 2018, e suas alterações, resolvem celebrar este Termo Aditivo. OBJETO: O prazo de vigência do Instrumento supracitado fica **prorrogado** por mais 6 (seis) meses, a partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo. DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Instrumento original, não alteradas por este Termo Aditivo. DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2022. SIGNATÁRIOS: Marcos Cesar Cals de Oliveira, SECRETÁRIO DAS CIDADES e Robério Wagner Martins Moreira, PREFEITO DE IPU. SECRETARIA DAS CIDADES, em Fortaleza, 30 de novembro de 2022.

Robério Xavier de Araújo  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### Nº DO PROCESSO: 10428291/2022

#### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº065/CIDADES/2021

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 065/CIDADES/2021 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE TRAIRI; II - OBJETO: O prazo de vigência do Instrumento supracitado fica **prorrogado** por mais 6 (seis) meses, a partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo; III - VALOR GLOBAL: R\$ 637.631,64 ( seiscentos e trinta e sete mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos ); IV - DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Instrumento original, não alteradas por este Termo Aditivo; V - DATA E ASSINANTES: 25 de novembro de 2022. Marcos Cesar Cals de Oliveira, SECRETÁRIO DAS CIDADES e Carlos Gustavo Monteiro Moreira, PREFEITO DE TRAIRI.

Robério Xavier de Araújo  
ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### Nº DO PROCESSO: 10337300/2022

#### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº080/CIDADES/2021

I - ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 080/CIDADES/2021 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DAS CIDADES, E O MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE; II - OBJETO: O prazo de vigência do Instrumento supracitado fica **prorrogado** por mais 6 (seis) meses, a partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo; III - VALOR GLOBAL: R\$ 518.928,76 ( Quinhentos e

